



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANTONIO RHAUAN DE SOUSA CAMPOS LIMA

**PARADIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE A
INTERNACIONALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO MACIÇO DE BATURITÉ**

REDENÇÃO-CE

2023

ANTONIO RHAUAN DE SOUSA CAMPOS LIMA

**PARADIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE A
INTERNACIONALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano

REDENÇÃO-CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Antônio Rhauan de Sousa Campos.

L697p

Paradiplomacia e desenvolvimento local: um estudo sobre a internacionalização nos municípios do Maciço de Baturité / Antônio Rhauan de Sousa Campos Lima. - Redenção, 2023.

50f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano.

1. Paradiplomacia. 2. Desenvolvimento regional. 3. Cooperação internacional. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 327.81

ANTONIO RHAUAN DE SOUSA CAMPOS LIMA

**PARADIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE A
INTERNACIONALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Aprovado em: 29/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Luís Miguel Dias Caetano (Professor Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Me. Faustino Manuel Rodrigues (Professor Avaliador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Me. Juliano Barros de Andrade (Professor Avaliador)

Faculdade Católica Santa Teresinha - FCST

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Márcia Helena de Sousa Campos Lima e José Eudes Ferreira Lima. Vocês foram os alicerces da minha vida, desde o momento em que dei os meus primeiros passos, sempre fornecendo suporte emocional e incentivo ao longo de toda a minha jornada acadêmica. Sou imensamente grato pela dedicação e amor incondicional que sempre me proporcionaram, pois sem isso não teria chegado tão longe.

Agradeço também aos meus amigos e amigas que estiveram ao meu lado em todos os momentos, compartilhando sorrisos, encorajamento e risadas que aliviaram a pressão ao longo dessa jornada desafiadora. A amizade de vocês tornou-se uma rede de apoio valiosa e me ajudou a superar muitos obstáculos.

No entanto, uma pessoa em especial merece um agradecimento especial. Minha companheira, Lourena Silva César, você foi meu porto seguro durante todo esse percurso desafiador e em todas as noites, quando a autódúvida e as incertezas surgiam, você esteve ao meu lado oferecendo sua companhia e seu amor incondicional. Sua presença constante, seu sorriso reconfortante e suas palavras de encorajamento impulsionaram-me a buscar o meu melhor, atitudes fundamentais para minha perseverança e sucesso. Pode ter a certeza que essa vitória é tão sua quanto minha, pois você esteve ao meu lado em cada passo dessa caminhada.

Reservo também um agradecimento especial ao meu orientador, Luiz Miguel Dias Caetano, por ter aceitado o desafio de me orientar neste trabalho tão incrível e promissor. Sua dedicação, experiência e conhecimento foram cruciais para a minha formação acadêmica e profissional, o que me faz ser extremamente grato à vida pela oportunidade de aprender e trabalhar com alguém tão inspirador.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) por ter fornecido um ambiente propício para o meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço a todos (as) os docentes, funcionários e recursos disponíveis na universidade que contribuíram para minha formação. Suas mentes brilhantes e o compromisso com a excelência abriram novos horizontes e despertaram meu desejo de aprendizado contínuo. Sou grato por todas as experiências, lições e conexões significativas que adquiri durante meu tempo nesta instituição.

RESUMO

A Paradiplomacia corresponde à atuação internacional dos governos não centrais que mantêm relações com entidades e organizações estrangeiras, visando gerar ganhos em diversos aspectos da vida econômica, cultural e social dos municípios, sobretudo, o desenvolvimento regional. Porém, é importante ressaltar que as práticas paradiplomáticas possuem diferenças locais, regionais e nacionais nítidas, o que impacta diretamente no desenvolvimento de políticas externas de acordo com cada ente federativo. É nesse sentido, que este trabalho busca compreender como os municípios da região do Maciço de Baturité percebem a Paradiplomacia como uma ferramenta para o desenvolvimento local. Para a execução deste estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa visando uma maior veracidade e ratificação das informações no processo construtivo. Atentando-se aos objetivos e intenções da pesquisa, a análise descritiva e a utilização da pesquisa bibliográfica proporcionará o aprofundamento do conhecimento sobre a Paradiplomacia. A partir da análise das repostas do questionário eletrônico enviado aos treze municípios da região do Maciço de Baturité, considera-se que existem características internacionalização ativas e passivas em cada uma delas, embora, os próprios municípios não reconheçam as suas atividades como práticas paradiplomáticas. Além disso, as redes de cooperação internacional podem surgir como uma “válvula de escape” para articular junto aos municípios a busca por parcerias e oportunidades de desenvolvimento regional a partir de relações com atores internacionais. Levando em conta os benefícios e os desafios que os municípios podem enfrentar em uma situação de inserção internacional, sugere-se que haja pesquisas futuras, no sentido de visualizar precisamente as informações das cidades do Maciço de Baturité. Contudo, este trabalho prevê que a prática do fenômeno paradiplomático não dependerá apenas de cooperação e incentivos externos. Isto é, há também a necessidade de participação das lideranças e órgãos políticos da Administração Pública para o desenvolvimento da prática paradiplomática.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Desenvolvimento local; Maciço de Baturité; Entes subnacionais; Cooperação internacional.

ABSTRACT

Paradiplomacy corresponds to the international action of non-central governments that maintain relations with foreign entities and organizations, aiming to generate gains in various aspects of the economic, cultural and social life of municipalities, above all, regional development. However, it is important to emphasize that paradiplomatic practices have clear local, regional and national differences, which directly impact the development of foreign policies according to each federative entity. It is in this sense that this work seeks to understand how the municipalities of the Massif of Baturité region perceive Paradiplomacy as a tool for local development. For the execution of this study, a qualitative approach was used aiming at a greater veracity and ratification of the information in the construction process. Paying attention to the objectives and intentions of the research, the descriptive analysis and the use of bibliographical research will provide the deepening of knowledge about Paradiplomacy. Based on the analysis of the answers to the electronic questionnaire sent to the thirteen municipalities in the Massif of Baturité region, it is considered that there are active and passive internationalization characteristics in each of them, although the municipalities themselves do not recognize their activities as paradiplomatic practices. In addition, international cooperation networks can emerge as an “escape valve” to articulate with municipalities the search for partnerships and opportunities for regional development based on relationships with international actors. Taking into account the benefits and challenges that municipalities may face in a situation of international insertion, it is suggested that there be future research, in order to precisely visualize the information of the cities of the Massif of Baturité. However, this work foresees that the practice of the paradiplomatic phenomenon will not depend only on cooperation and external incentives. That is, there is also a need for the participation of public administration leaders and political bodies for the development of paradiplomatic practice.

Keywords: Paradiplomacy; local development; Massif of Baturité; subnational entities; International cooperation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Perfil da Macrorregião do Maciço de Baturité	25
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais distinções entre Municípios X Regiões	14
Quadro 2 – Internacionalização ativa vs. Passiva	15
Quadro 3 - Síntese das características e ações das três vertentes da Paradiplomacia	16
Quadro 4 – Cenário de internacionalização dos cinco municípios da região do Maciço de Baturité	26
Quadro 5: Características dos respondentes	29
Quadro 6: Características de internacionalização municipal	30

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AICE- Associação Internacional de Cidades Educadoras
- AMAB - Associação dos Municípios do Maciço de Baturité
- CNM - Confederação Nacional de Municípios
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- FNP - Frente Nacional de Prefeitos
- GC – Governo Central
- GNC – Governo não-central
- IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
- PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- REBRACE – Rede Brasileira de Cidades Educadoras
- SEAI - Secretaria Especial para Assuntos Internacionais
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
- SMRI - Secretarias Municipais de Relações Internacionais
- UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PROBLEMÁTICA	13
3. JUSTIFICATIVA	13
4. OBJETIVOS	14
4.1. Objetivo geral	14
4.2. Objetivos específicos	14
5. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS ENTES SUBNACIONAIS: CONCEITOS E VISÕES SOBRE A PARADIPLOMACIA	15
5.1. Paradiplomacia e a atuação dos Entes Subnacionais: um breve contexto histórico.....	15
5.2. Níveis de atuação dos Entes Subnacionais: as diferenças entre os Governos Locais e Regionais.	18
5.3. Tipologias e características das Ações Paradiplomáticas dos Governos Locais: uma lógica para a internacionalização dos municípios.....	20
5.4. Os governos subnacionais brasileiros como protagonistas das Relações Internacionais.....	23
5.5. Interesses na Paradiplomacia: perspectivas na visão dos governos subnacionais.....	26
6. PROPOSTA DE METODOLOGIA	27
6.1. Quanto à abordagem do problema.....	28
6.2. Quanto aos objetivos e intenções	28
6.3. Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados	28
7. AMBIENTE PARADIPLOMÁTICO DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ: LIMITES E PONTENCIALIDADES PARA A EFETIVA PRÁTICA PARADIPLOMÁTICA.....	29
7.1. Perfil da região.....	30
7.2. Recorte da região: Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção.....	31
8. REDES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA PROPOSIÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ.....	37
8.1. A Rede Mercocidades.....	38

8.2. Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE).....	39
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE	45

1. INTRODUÇÃO

A globalização fez com que ocorresse a ampliação das ações de integração dos entes subnacionais a uma ativa atuação internacional, vindo-se a designar de “Paradiplomacia”. Esse fenômeno cria condições favoráveis para que as Regiões, os Estados e os Municípios consigam relevância internacional, a fim de fomentar seus aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e geográficos em meio ao cenário mundial. Isto é, a prática paradiplomática corresponde minimamente à inserção dos entes subnacionais que mantém relações internacionais a partir de contatos formais ou informais, permanentes ou provisórios, com organizações estrangeiras públicas ou privadas, objetivando a promoção de resultados socioeconômicos e políticos (PRIETO, 2004).

Recentemente, chama a atenção que as ações de internacionalização dos atores subnacionais não podem ser consideradas como uma atividade-fim, mas sim uma atividade-meio, pois, permite que várias ferramentas e os conhecimentos sobre as relações externas sejam implementados e aperfeiçoados na administração local. Isso sem dúvida fortalece, não só, a gestão municipal como também a sua população frente a um cenário socioeconômico favorável.

Para o contexto brasileiro, destaca-se que a Paradiplomacia passou a ganhar destaque nos anos de 1980, com a institucionalização de uma estrutura de Relações Internacionais nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, além das várias mudanças no sistema político nacional, que causou a descentralização de competências do governo federal, repassando-as para os governos estaduais e municipais.

Isto posto, este trabalho terá como objetivo geral analisar o potencial da Paradiplomacia no desenvolvimento da região do Maciço de Baturité e do atendimento de suas demandas locais. Para tanto, será realizado um mapeamento dos 13 municípios da região, bem como a análise das suas características, para que possa ser verificado o grau de internacionalização dos municípios em questão.

Nessa perspectiva, o trabalho reunirá resultados de algumas pesquisas para responder aos conceitos teórico-conceituais da Paradiplomacia. Em um segundo momento, será apresentada as principais diferenças entre governos locais e governos regionais para distinguir os níveis de atuação dos entes subnacionais.

Posteriormente, serão analisados os fatores que caracterizam uma cidade internacional elaborados por Panayotis Soldatos, também sendo necessário considerar as três vertentes de análise feitas por Stéphane Paquin para definir o tipo de internacionalização de cada cidade.

Outro ponto importante, nesta etapa, é que será analisado o surgimento do fenômeno paradiplomático no Brasil, a promoção das novas dinâmicas comerciais e econômicas enquanto

elementos fundamentais para reestruturação das políticas internacionais do país e o protagonismo dos entes federativos quanto a resolução dos problemas locais.

Por fim, após a apresentação dos aspectos metodológicos deste trabalho, será analisada a atuação paradiplomática dos governos locais da região do Maciço de Baturité, associando a teoria e a prática da paradiplomacia, através da ligação dos conceitos apresentados no referencial teórico, sobretudo, os fatores que fundamentam uma cidade internacional de acordo com Panayotes Soldatos.

Levando em conta as características e dificuldades do presente trabalho, bem como os benefícios e os desafios que os municípios podem enfrentar em uma situação de inserção internacional, sugere-se que haja pesquisas futuras, no sentido de visualizar precisamente as informações das cidades do Maciço de Baturité. Isso será importante para enriquecer ainda mais as propostas de atuação paradiplomática, enquanto ferramenta para o desenvolvimento regional. Contudo, embora existam formas efetivas de internacionalização dos entes subnacionais, este trabalho prevê que a prática do fenômeno não dependerá apenas de cooperação e incentivos externos. Isto é, há também a necessidade de participação das lideranças e órgãos políticos da Administração Pública para o desenvolvimento da paradiplomacia.

2. PROBLEMÁTICA

Qual a visão dos municípios da região do Maciço de Baturité quanto ao papel da Paradiplomacia no desenvolvimento local?

3. JUSTIFICATIVA

A Paradiplomacia dos entes subnacionais faz parte dos mais variados processos de internacionalização, no qual objetiva-se a promoção de uma economia local mais forte, desenvolvimento sustentável e o efetivo bem-estar da população. Porém, é importante ressaltar que as práticas paradiplomáticas possuem diferenças locais, regionais e nacionais nítidas, o que impacta diretamente no desenvolvimento de políticas externas de acordo com cada ente federativo. Dessa forma, o primeiro ponto que justifica a escolha do tema deste trabalho é a necessidade de compreender o fenômeno da Paradiplomacia, identificando as suas especificidades, em termos de conjuntura e de interesses dos governos federal e dos demais atores subnacionais.

Outro fator a ser destacado, está direcionado aos governos subnacionais que têm assumido relevantes papéis nas políticas econômicas regionais e no desenvolvimento de novos

instrumentos para atingir as metas locais por meio de cooperação internacional. Esse fato constrói não só uma reflexão a respeito da descentralização das responsabilidades do governo federal frente às políticas socioeconômicas e de desenvolvimento regional, como também fortalece a participação dos entes subnacionais na construção de estratégias de política externa, já que é partir desses atores que saem os grandes desafios que o Estado deverá enfrentar.

Além disso, foi possível identificar por meio de uma pesquisa bibliográfica inicial realizada nos repositórios *Google Acadêmico*, *Scielo* e *Spell*, que há um número irrelevante de estudos relacionados sobre a Paradiplomacia na região nordeste, especificamente, no estado do Ceará. Com isso, reconhece-se a necessidade de investigação e aprofundamento dos estudos sobre a temática, bem como a produção científica voltada para regiões que possuem cidades pequenas, como é o caso do Maciço de Baturité.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Analisar o potencial da Paradiplomacia no desenvolvimento da região do Maciço de Baturité e do atendimento de suas demandas locais.

4.2. Objetivos específicos

- I. Compreender os principais conceitos sobre a Paradiplomacia;
- II. Identificar os tipos de atividades e iniciativas de envolvimento no âmbito internacional existentes na região do Maciço de Baturité, bem como as áreas priorizadas e os parceiros internacionais.
- III. Identificar as características presentes nas cidades da região do Maciço de Baturité que possam estar alinhadas com uma inserção em redes internacionais de cooperação;
- IV. Analisar a percepção dos gestores públicos quanto ao uso da Paradiplomacia como ferramenta de desenvolvimento regional.

5. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS ENTES SUBNACIONAIS: CONCEITOS E VISÕES SOBRE A PARADIPLOMACIA

5.1. Paradiplomacia e a atuação dos Entes Subnacionais: um breve contexto histórico.

A prática das relações internacionais por entes subnacionais não pode ser caracterizada como uma atividade-fim, mas sim como uma atividade-meio, devido permitir que várias ferramentas e conhecimentos sobre as relações externas sejam implementados e aperfeiçoados na administração local. Isso sem dúvida fortalece, não só, a gestão municipal como também a sua população frente a um cenário socioeconômico favorável.

Os primeiros estudos sobre a “Paradiplomacia” iniciaram-se na década de 1980 com os professores Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos para definir e justificar o envolvimento de governos regionais nas relações internacionais de outros entes federativos, que não os Estados centrais (APRIGIO, 2015). No entanto, o termo ainda não possui uma conceituação definitiva, o que demonstra a pluralidade do fenômeno e os desafios para estabelecer um significado amplamente aceito pela academia. O fomento deste tipo de conflito decorre, em suma, pelo termo “Paradiplomacia” trazer consigo um acervo de neologismos que buscam conceituar a atuação dos entes subnacionais no âmbito internacional, como diplomacia constituinte, diplomacia multinível, diplomacia regional, microdiplomacia e protodiplomacia, o último normalmente ligado à entes que possuem interesses secessionistas (RIEGER E BRUM, 2019).

Por se tratar de um tema emergente nas relações internacionais, se torna necessário compreender os diferentes conceitos da Paradiplomacia que surgiram ao longo do tempo, de forma a evidenciar a atuação dos atores subnacionais nas políticas de desenvolvimento externo. Mas antes, destaca-se que o termo se trata de um neologismo pelo qual se abreviou a expressão “diplomacia paralela” (JUNQUEIRA, 2018).

Os professores Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos são considerados os pioneiros nos estudos sobre a diplomacia dos governos subnacionais. Os estudos de Duchacek (1984), por exemplo, trouxeram como primeiro conceito o termo “microdiplomacia” para explicar a atuação dos entes subnacionais no contexto internacional, objetivando o desenvolvimento do seu território. Isso acabou se contraponto ao que o próprio autor também definiu como “macrodiplomacia”, se referindo à diplomacia tradicional que é adotada pelos governos centrais (BATISTA, 2019).

Ao desenvolver suas pesquisas, Duchacek (1988) percebeu que os entes subnacionais não estavam somente preocupados com o desenvolvimento local, mas havia também um interesse político e social de separação do governo central (secessionismo) para obter o

reconhecimento perante às organizações internacionais. Logo, a expressão viria a ser designada pelo autor de “protodiplomacia”, o que de fato vai em contraposição com a diplomacia nacional por ser considerada pelo autor uma atividade desestabilizadora e perigosa para o governo central (DUCHACEK, 1988). Ou seja, enquanto que a Paradiplomacia deveria ser considerada com uma prática complementar ao Estado, a protodiplomacia causa uma imposição de identidade regional por ter traços de extremo nacionalismo, sendo eles a defesa de sua independência e de sua soberania. Para ilustrar esse tipo de atividade, cita-se o exemplo da cidade de Quebec¹, no Canadá. Zeraoui (2016) reforça o pensamento de que a protodiplomacia é algo primitivo de diplomacia. Segundo o autor:

A unidade subnacional deseja projetar uma determinada marca territorial ou certas características particulares do território. O reforço de identidade pode ter sua origem no desenvolvimento de uma imagem regional para a promoção do território ou simplesmente como uma tática para possibilitar o resgate de valores locais. No entanto, quando esse impulso leva às suas extremas consequências, isto é, à imposição de uma identidade regional como um passo antes da ruptura com o Estado nacional, estamos diante de uma protodiplomacia (ZERAUI, 2016, p. 20).

Para Soldatos, o termo microdiplomacia poderia trazer significações negativas, já que o termo se manifestava de forma depreciativa quanto as ações internacionais dos entes subnacionais. Então, o autor propõe uma nova conceituação sobre a Paradiplomacia que passou a ser utilizada e compreendida como a atividade que trata da atuação internacional direta dos entes subnacionais (unidades federadas, regiões, comunidades urbanas, cidades), enquanto uma prática para desenvolvimento local. Em linhas gerais, a prática paradiplomática pode fazer com que os atores subnacionais apoiem, complementem, dupliquem, corrijam ou desafiem as atividades diplomáticas dos Estados nacionais (SOLDATOS, 1990).

Esse fato, inclusive, fez com que Duchacek (1990) abandonasse as terminologias de micro e macrodiplomacia, reconhecendo que existia uma melhor compatibilidade do conceito de Paradiplomacia proposto por Soldatos (1990) às atividades que pudessem ser desenvolvidas pelos entes subnacionais de maneira paralela à diplomacia tradicional (PRADO, 2018).

Nesse contexto, os atores subnacionais projetaram-se internacionalmente, com intuito de solucionar problemas socioeconômicos, atendendo às demandas e interesses locais. Nessa

¹ Quebec, segunda maior província do Canadá, construiu políticas de cooperação com governos estrangeiros que possuem idioma e aspectos culturais semelhantes para fortalecer a sua identidade na arena internacional, além de se utilizar desse tipo de diplomacia para uma futura secessão do Canadá (RIBEIRO, 2009)

perspectiva, a prática definida por Soldatos (1990) não se torna um elemento de caráter separatista, mas sim, constitui-se de um procedimento de descentralização das políticas externas.

Destaca-se que alguns estudos indicam que conceito do termo “Paradiplomacia” foi usado primeiramente por Rohan Butler, em 1961, bem antes do que foi defendido por Soldatos (1990) e por Duchacek (1990). Como referência, cita-se Kuznetsov (2015), quando o autor relaciona que os primeiros estudos para incorporar a prática paradiplomática à literatura das ciências sociais foram feitas por Butler (1961), que por sua vez entende o fenômeno como uma:

Ação pessoal e paralela, podendo completar ou competir com a política externa regular do ministro em questão, sendo, portanto, uma tentativa recorrente para o chefe do executivo, seja ele um primeiro-ministro, presidente, **ditador** ou **monarca** (BUTLER, 1961, 12 apud, KUZNETSOV, 2015, p. 26).

Após realizar os estudos sobre os trabalhos de Butler (1961), Kuznetsov (2015) definiu que a Paradiplomacia pode estar sobre uma pré-condição do federalismo e de um sistema burocrático para existência do fenômeno. Isto é, segundo autor seria possível considerar o entendimento sobre a Paradiplomacia como uma atividade diplomática “não oficial” ou “secreta”, ocorrendo às sombras da diplomacia oficial. Entretanto, é importante destacar que, embora a Paradiplomacia possa envolver relações e negociações diretas entre governos subnacionais e atores internacionais, isso não significa necessariamente que elas sejam realizadas de forma secreta ou à margem da diplomacia oficial. Muitas vezes, essas negociações são conduzidas de forma transparente e em coordenação com as autoridades centrais, a fim de maximizar os benefícios para o país como um todo.

Na verdade, ainda não há um consenso final na academia a respeito sobre qual a terminologia mais apropriada para definir as atividades internacionais dos governos subnacionais. Por isso, é comum encontrar diferentes conceitos que descrevem o envolvimento de uma região ou entidade subnacional na arena internacional.

Porém, reforça-se que vários estudos foram desenvolvidos sobre o tema a partir dos conceitos definidos por Soldatos (1990). Destaca-se aqui, o trabalho desenvolvido por Noé Conargo Prieto, no qual possui a conceituação mais adequada e atual para a atuação internacional dos entes subnacionais, refinando e associando a ideia da Paradiplomacia ao:

Envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad

hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. (PRIETO, 2004, p. 51).

A definição mencionada anteriormente oferece uma compreensão mais completa do envolvimento dos governos subnacionais nas Relações Internacionais. Ela claramente descreve as características da atuação internacional dos governos subnacionais, seus objetivos e, portanto, fornece a explicação mais clara da prática paradiplomática. Além disso, a possibilidade dos governos subnacionais, em particular das municipalidades, se inserirem no cenário internacional, nos leva diretamente à análise aprofundada das políticas públicas que podem ser desenvolvidas para contemplar os desejos da população.

Pensando na Paradiplomacia como um instrumento fundamental para internacionalização regional e local, percebemos que, embora não exista um consenso dos vários estudiosos sobre o tema, se torna importante compreender como as várias definições se interagem e se moldam nos sistemas políticos em cada um desses atores subnacionais.

5.2. Níveis de atuação dos Entes Subnacionais: as diferenças entre os Governos Locais e Regionais.

Para um maior entendimento do fenômeno paradiplomático, é fundamental distinguir os níveis de atuação dos entes subnacionais, já que abaixo do ente central de governo, está localizado os Governos Locais (municípios) e os Governos Regionais (estados, províncias, regiões autônomas, dentre outras). Levando em conta as características específicas de cada nível de governo, a Paradiplomacia pode surgir com uma moldagem própria, frente as suas várias dimensões e campos de análise, o que pode acarretar numa atuação internacional mais limitada ou não.

Em suma, a Paradiplomacia Local não pode ser vista como uma dinâmica que se opõe a uma estrutura central de atuação externa, bem como algo que incita alguma contradição com a identidade política do Estado-Nação (MILANE; RIBEIRO, 2011). Dessa forma, desenvolve-se o conceito de “*Gestão Internacional Local*”, onde se baseia por um conjunto de procedimentos que estimulam a capacidade dos municípios em se desenvolver, participar e estabelecer redes nas diversas áreas de interesse (sejam culturais, sociais, econômicas, etc), o que possibilita o desenvolvimento de estratégias organizacionais locais, particularmente no que diz respeito à colaboração técnica em áreas como infraestrutura, assistência e desenvolvimento (ANTUNES, 2021).

Ainda que possa ser compreendida como uma forma de diplomacia paralela, destaca-se *pari passu* as características presentes nas entidades subnacionais que as distingue da atuação internacional do governo central. Uma distinção interessante para este tema é feita por Roseneau (1990 *apud*, ANTUNES, 2021), no qual acredita na existência de dois tipos de atores, sendo eles os “livres de soberania (sovereignty-free)” e os “condicionados pela soberania (sovereignty-bound)”. Baseado nessa distinção, Salomón e Nunes (2007) identificam que os entes subnacionais se caracterizam, também, como atores mistos, ou seja, apresentam características de ambos atores (livres e condicionados pela soberania), porém em diferentes proporções. Frente à essa condição, a distinção prioritária entre ambas as definições se dá pelo grau em que estão condicionados pela soberania, sendo que os municípios se encaixam em um formato mais livre de soberania do que condicionado, e vice-versa (RIBEIRO, 2009). No Quadro 1, podemos verificar os níveis de atuação dos governos municipais e regionais conforme a distinção dada por Salomón e Nunes (2007):

Quadro 1 – Principais distinções entre Municípios X Regiões

Crítérios	Municípios	Regiões / Nível intermediário de governo
Autonomia	Desfrutam de maior grau de liberdade e de possibilidades, decorrentes do seu caráter misto, neste caso, beneficiando-se do lado de ator livre de soberania	Maiores limitações e responsabilidades, próprias dos atores condicionados pela soberania
Agenda	Mais focada, com frequente priorização dos temas sociais	Prioritariamente voltada para o foco econômico-comercial
Instrumentos	Condicionados pela agenda, os instrumentos empregados estão voltados prioritariamente para o desenvolvimento e bem-estar da coletividade, sendo esta a principal motivação da sua ação externa	Utilizam instrumentos inspirados na ação externa do GC, ainda que também utilizem instrumentos típicos dos GNCs municipais, como os irmanamentos; recorrem a instrumentos clássicos de promoção comercial (envio de missões comerciais ao estrangeiro, participação de feiras de negócios...)
Uso da cooperação	Cooperação intermunicipal, cooperação em redes e multilateral	Privilegia relações bilaterais de cooperação
Estrutura paradiplomática	Tende a ser simples, sem canais formais de conexão com o aparato da política exterior do GC	Mais complexa e duradoura, inspirada na estrutura do GC, incluindo canais formais de conexão com o aparato da política exterior do GC, assim como frequente presença de planejamento para sua ação externa.

Fonte: Ribeiro (2009, p. 38).

GC – Governo Central

GNC – Governo não-central

Nesse sentido, entende-se que quanto maior a proximidade do ente subnacional ao governo central, mais condicionado pela soberania ele será. Isso acontece devido os governos centrais assumirem responsabilidades específicas ao exercício da soberania, ocupando-se de questões de agenda global, bem como a distribuição de recursos para contemplar essas questões. Entretanto, os entes subnacionais mais distantes do governo central, apresentam maior liberdade em relação a soberania e estão mais livres para estabelecer as prioridades de suas agendas, bem como os seus interesses.

A exemplo do Brasil, podemos definir que as esferas de governos subnacionais são as **estaduais** e **municipais**, nos quais estão alinhados ao ambiente regional e local, respectivamente. Como percebido no Quadro 1, ambos os níveis de atuação podem apresentar particularidades, levando em conta o nível de proximidade que existe entre os entes subnacionais e a soberania do governo central. Isso significa que os entes regionais, por estarem localizados em uma estrutura mais próxima da soberania do que os entes locais, possuem uma movimentação mais limitada, enquanto os entes locais estão condicionados a executar suas projeções internacionais de forma mais livre e em áreas de seus interesses.

5.3. Tipologias e características das Ações Paradiplomáticas dos Governos Locais: uma lógica para a internacionalização dos municípios.

No que diz respeito à atuação internacional dos governos locais, Soldatos (1996, *apud* RIBEIRO, 2009) define um conjunto de características que conformam uma cidade internacional, desenvolvidas com base em dois tipos de internacionalização: a de caráter *passivo* e a inserção internacional *ativa*. Na discussão trazida pelo autor, as cidades são caracterizadas como cidade-espaco e cidade-ator, conforme os critérios que atendem durante o processo de articulação para atuar internacionalmente, como também no grau de intensidade que esses atributos se apresentam, o que depende diretamente dos objetivos definidos por cada tipologia de cidade. A fim de evidenciar essa ideia, o quadro a seguir apresentará as principais características destas duas categorias de cidades, na visão do referido autor.

Quadro 2 – Internacionalização ativa vs. passiva

CARACTERÍSTICAS	INTERNACIONALIZAÇÃO	
	PASSIVA	ATIVA
	Cidade-espaco	Cidade-ator
Recebe fatores de produção do estrangeiro, bem como fluxos de comércio internacional	•	•
Hospeda instituições estrangeiras/internacionais	•	•

CARACTERÍSTICAS	INTERNACIONALIZAÇÃO	
	PASSIVA	ATIVA
	Cidade-espço	Cidade-ator
Acolhe regularmente encontros e atividades diversas internacionais	•	•
Oferece serviços de suporte às atividades socioeconômicas internacionais-chave		•
Sedia organismos “internacionais-chave” e grandes firmas estrangeiras		•
Recebe elites dirigentes de todo o mundo		•
Participa de grandes redes internacionais de alta-tecnologia e de serviços de ponta		•
Planeja e traça a estratégia de sua trajetória internacional		•
Exporta fatores de produção		•
Apresenta presença no estrangeiro de suas instituições econômicas, sociais, científicas e culturais		•
Participa de redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades, celebrando acordos internacionais		•
Possui uma população de diversificada composição étnica		•

Fonte: Ribeiro (2009, p. 49)

Com base no Quadro 2, verifica-se que a cidade-espço apresenta um posicionamento de caráter mais frágil e subalterno. Isso significa que as características das cidades-espços podem até permitir que estas acolham atividades e entidades internacionais, mas não acolhem instituições e serviços estratégicos para o desenvolvimento local (organismos e firmas internacionais, serviços estratégicos, etc). De forma oposta, a cidade-ator apresenta uma atuação internacional muito mais dinâmica, reunindo diversos atributos que a diferencia da cidades-espços.

Frente ao contexto da Paradiplomacia dos entes subnacionais, Paquin (2004) identifica esse fenômeno sob três vertentes de análise, de acordo com a direção central das ações desses entes, sejam elas: a *Paradiplomacia Clássica*, a *Paradiplomacia de Integração Regional* e a *Paradiplomacia Identitária*. Nesse caso, o autor promove um dossiê específico de ações que são verificadas e que quando adotadas de forma estratégica (conforme o objetivo e a essência das ações planejadas e/ou já executadas), podem definir a direção da internacionalização de cada cidade. O panorama e as características de cada vertente analítica estão sintetizados no Quadro 3.

Quadro 3 - Síntese das características e ações das três vertentes da Paradiplomacia

PARADIPLOMACIA	
CLÁSSICA	<ul style="list-style-type: none"> •Políticas de atração de investimentos e centros de decisão econômica, estas sendo geralmente produto de organismos governamentais ou mistos, cujas técnicas ressaltam o marketing e comportam geralmente quatro vertentes: a construção de imagem atrativa para o território; implantação de serviços para os investidores e uma política; •Desenvolvimento de marketing pelos países, regiões e cidades para a atratividade do território; •Ações voltadas para sustentar as exportações e encontrar mercados para os produtos das empresas locais; •Busca de inovação e eficácia pelas regiões e cidades; •Oferecimento de subvenções governamentais e incentivos financeiros às empresas para a sua instalação; •Implementação de campanhas de informação para conquistar público ou decisores de países estrangeiros; •Realização de pedidos de empréstimos internacionais para consolidar o desenvolvimento econômico; •Políticas de fronteira para estender infra-estruturas de comunicação e de estradas.
INTEGRAÇÃO REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> •Participação de entidades subnacionais em canais de representação de interesses regionais; •Desenvolvimento de Paradiplomacia em rede; •Criação de associações de governança cooperativa na escala regional (duas categorias: função de representação e aquelas com lógica funcionalista) sobre o plano regional; •Desenvolvimento de laços transnacionais entre movimentos regionalistas subnacionais, afirmando defesa das identidades culturais; •Criação de políticas de promoção da cultura, associações de pesquisadores, intercâmbios de estudantes.
IDENTITÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> •A Paradiplomacia como componente do processo de “construção de nação”, procurando o reconhecimento e a legitimidade sobre o plano internacional; •Elaboração de política estrangeira com objetivo de reforço da nação minoritária no contexto de um Estado federal ou de estrutura descentralizada; •Políticas de cooperação com “países mães” para reforçar a cultura, língua e a nação; •Movimentos nacionalistas subnacionais buscando reconhecimento de uma identidade coletiva.

Fonte: Ribeiro (2009 p. 44)

Como se observa, o Quadro 3 apontam os tipos de análise do fenômeno paradiplomático. Nesse caso, a Paradiplomacia Clássica traça as ações que possuem um viés mais econômico e comercial, tendo a atração de investimentos estrangeiros e o desenvolvimento das exportações alguns dos seus mais importantes objetivos. Já a Paradiplomacia de Integração Regional se volta para a cooperação multilateral a nível regional, ou seja, as ações que são tomadas para “engendrar uma transferência de soberania no plano regional, o que leva muitas unidades subnacionais a se mobilizar para a conquista de um papel maior na arena regional, estimulando-as à ação internacional” (RIBEIRO, 2009, p. 40). Por fim, a Paradiplomacia Identitária volta-se aos aspectos culturais e às diversas identidades dos locais e regiões de um país. Isto é, as ações que são impostas nessa vertente buscam reforçar o ente subnacional dentro de um contexto onde o Estado está organizado de forma federativa ou de estrutura descentralizada. Ademais, essa última vertente ganhe destaque, principalmente, em regiões e/ou cidades que possuem cultura e linguagem de comunicação próprias, já que estas estão mais propensas a atuar internacionalmente com o objetivo de encontrar apoio e recursos que não são disponibilizados (ou são, porém de forma escassa) no nível interno, principalmente quando o governo central demonstra indiferença em relação às demandas de proteção cultural e de reconhecimento nacional (RIBEIRO, 2009).

5.4. Os governos subnacionais brasileiros como protagonistas das Relações Internacionais.

No Brasil, a prática paradiplomática surgiu durante os anos 1980, em virtude de várias mudanças no sistema político nacional, que causou a descentralização de competências do governo federal, repassando-as para os governos estaduais e municipais. Indiretamente, isso acabou contribuindo para que os entes federativos atuassem internacionalmente, buscando meios de atender as demandas que o governo central, de forma ineficiente, não conseguiu resolver (LESSA, 2007). De tal forma, a redemocratização durante o período mencionado, fez com que os atores subnacionais recorressem a ações transnacionais para ingressarem em um nível internacional. Assim, destaca-se ainda que:

[...] as duas perspectivas, externa e interna, são complementares na avaliação e promoção do desenvolvimento, sendo que internamente as decisões estratégicas de um país têm uma inescapável dimensão territorial, seja no que se refere a fundamentos e potenciais, seja em relação a carências e limites (BALBIM; CONTEL, 2013, p. 30).

A partir do momento que governo central não consegue manter a sua capacidade de auxiliar na promoção de bens e serviços regionais e locais, perde-se também a capacidade de ser o único responsável pelo desenvolvimento das áreas (ROSSO, 2015). Isto posto, esse cenário acaba por tornar os estados e municípios ainda mais engajados nas relações internacionais, seja para providências econômicas, sociais e/ou culturais. Nesse sentido, o processo de internacionalização desses atores subnacionais surge como uma solução para o desenvolvimento dessas áreas, contribuindo para os esforços da aliança territorial nacional e europeia (CHARNEIRA, 2012).

Se tratando dos governos municipais, destaca-se que esses atores possuem um maior discernimento sobre as realidades locais, o que os colocam em uma posição favorável em relação ao governo estadual. Isso se dá, porque os municípios possuem ações engajadas por ser considerada a instância executiva mais próxima da realidade da população (BATISTA, 2019).

Historicamente, os primeiros atores subnacionais a desenvolverem uma estrutura de relações internacionais em seu organograma administrativo foram o Rio de Janeiro em 1983 e o Rio Grande do Sul em 1987 (BRANCO, 2007). Governado por Leonel Brizola, o estado do Rio de Janeiro deu início à criação do primeiro órgão de articulação internacional, incorporando os trabalhos da Secretaria Executiva de Relações Internacionais e a Assessoria Internacional do Estado, sob a coordenação do professor Clóvis Brigagão. Durante o governo de Pedro Simon, na época governador do estado do Rio Grande do Sul, foi criado pelo professor Ricardo Seitenfus, a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI), unidade responsável por articular o processo de integração gaúcha com as cidades e regiões argentinas (BATISTA, 2019).

Os casos evidenciados no estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, ficaram marcados como um grande avanço para as federações brasileiras atuarem internacionalmente, tendo em vista que a agenda internacional não se limitaria somente ao poder executivo federal, aceitando que os entes subnacionais poderiam proteger e defender seus interesses no âmbito internacional sem prejudicar ou se contrapor às políticas externas do governo central (CINTRA, 2022).

As novas dinâmicas comerciais e econômicas são elementos fundamentais para reestruturação das políticas internacionais, o que viabiliza um maior protagonismo aos governos subnacionais e aos processos de integração regional (KEATING, 2004). O mesmo autor destaca que esse protagonismo também poderia estar associado a temas que já são ligados às atividades desempenhadas pelos governos subnacionais.

A atuação dos governos municipais tem se mostrado cada vez mais forte no comércio exterior nos últimos anos, embora a prática da Paradiplomacia esteja sempre à mercê das condições internas das unidades subnacionais, dentre os quais estão os recursos humanos, financeiros e da decisão política dos gestores públicos. Dito isso, muitos municípios brasileiros possuem uma limitação quanto à sua atuação no cenário internacional, ocorrendo muitas vezes pelo desconhecimento sobre esse campo, capacidade técnica insuficiente para dialogar com estratégias de gestão de âmbito internacional, a pouca importância conferida à Paradiplomacia, os recursos orçamentários limitados e a fragmentação das ações nos órgãos municipais, dentre outros.

Nesse sentido, algumas entidades de representação das cidades brasileiras podem ser utilizadas como mediadoras e facilitadoras para que os entes subnacionais possam ter contato com países e entidades estrangeiras, como o é o caso da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP). É fato que os interesses dos municípios em desenvolver relações com entidades do exterior surge a partir das oportunidades políticas, econômicas e culturais do local. Por exemplo, o desenvolvimento do setor produtivo em virtude do turismo local, impacta diretamente na criação de emprego e renda. Mas no geral, conforme indicado na CNM, os entes subnacionais podem se beneficiar de vantagens como:

Aprimoramento das políticas públicas a partir de perspectivas, culturas distintas e iniciativas de sucesso; inserção em redes globais, direcionadas à cooperação internacional que estão voltadas para o compartilhamento das experiências entre os Municípios; mobilização de recursos internacionais (financeiros, humanos e de informação), voltados a projetos para o desenvolvimento local; análise de tendências e aprendizagem com as inovações da gestão municipal difundidas em eventos internacionais; promoção da visibilidade mundial da cidade, a fim de atrair investimentos para setores estratégicos; e participação política em organizações e missões internacionais, ampliando a influência do poder local na conjuntura internacional (CNM, 2016, p. 17).

Por estarem próximas às comunidades, a gestão pública municipal acaba recebendo demandas diretas da população em que sua maioria estão ligadas às áreas de saúde, educação e planejamento urbano.

5.5. Interesses na Paradiplomacia: perspectivas na visão dos governos subnacionais.

No Brasil, verifica-se que um dos maiores motivos para um ente subnacional se lançar ao exterior, se dá pelos repasses não igualitários que cada município recebe do governo central, principalmente em cidades que possuem uma proporção inferior às outras. Além disso, a desproporção entre as capacidades tributárias, arrecadação de impostos, os gastos públicos e as demandas sociais, podem estar associados diretamente com os interesses de internacionalização. Isso se explica pelo fato de a grande parte das receitas geradas estarem situadas nos grandes centros urbanos (onde há uma grande aglomeração de pessoas) (ROSSO, 2015). A exemplo disso, as capitais e regiões litorâneas são tidas como locais mais atrativos para investimentos do governo central. Reforça-se, ainda, que:

[...] o Estado está mais presente onde está mais concentrada a estrutura administrativa (prefeitura, governo estadual e governo federal) e onde está presente a maior parcela da população e da produção nacional. Como, em geral, existe uma concentração histórica de todos estes elementos em poucos centros urbanos ou estados, ou mesmo em **algumas** regiões, a ação estatal apenas reforça e reitera esta estrutura de desigualdade histórica. Mesmo que isto tenha uma componente racional ou econômica forte: os investimentos irão para onde há mais consumidores, dinheiro (crédito), produção e infraestrutura; onde existe maior mercado e menor risco; onde o custo é menor etc. O mesmo se aplica à distribuição dos investimentos públicos (MENDES, 2013, p. 210).

Esse cenário, pode influenciar com a concentração das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRI), em regiões que possuem altos índices de desenvolvimento, o que vem a causar maior atração de investimentos para algumas regiões e outras não.

A inserção internacional de governos locais e regionais possibilitam, acima de tudo, a pluralidade de vozes na política externa representadas pelos entes subnacionais. É dessa forma, então, que a Paradiplomacia pode ser utilizada pelos gestores públicos como uma ferramenta para fortalecer e desenvolver os governos locais, resultando em uma série de benefícios para diversas áreas de interesse público.

De forma holística, é possível analisar a prática paradiplomática por duas óticas: uma relacionada aos interesses das elites locais (políticas, econômicas, culturais, etc) e a outra relacionada à visão das determinantes (interdependência global, domesticação da política externa, assimetria das unidades federadas, etc.) (MATSUMOTO, 2011). Essas formas de

análise não podem ser trabalhadas de maneira separadas, pois poderiam perpetuar uma atuação internacional menos efetiva.

Outros autores apontam diversos tipos de interesse que os entes subnacionais possuem ao iniciar as ações de internacionalização. Nos textos de Michelmann (1990), o autor identifica alguns desses interesses a partir dos elementos políticos, econômicos, culturais e de meio-ambiente para exemplificar as motivações para se lançarem no mercado externo. Seguindo essa lógica, na visão política, são verificados os interesses para aumentar a influência dos governantes. Na visão econômica, são verificados os interesses de atração de investimento externo, seja para desenvolvimento do comércio local, para se buscar o prestígio turístico internacional ou para se buscar oportunidades de investimento a partir de fundos de organismos internacionais. Na dimensão cultural, ganha-se destaque o restabelecimento de laços e compartilhamento étnico com territórios transfronteiriços, objetivando a criação de cooperação internacional para as áreas educacionais e culturais. E por último, é levantada a questão ambiental para que os atores subnacionais consigam se proteger de desastres naturais, considerando propostas globais para solucionar problemas ecológicos.

6. PROPOSTA DE METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos podem ser entendidos como aqueles a serem utilizados para o próprio desenvolvimento da pesquisa. Para Gil (2008), define-se “método” como caminho para se chegar a determinado fim, enquanto que “método científico” pode ser caracterizado como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir um determinado conhecimento”.

Considerando que a Paradiplomacia é influenciada internamente pela segmentação objetiva e perceptiva, sobretudo pelas características econômicas, políticas e geográficas dos territórios, a análise de sua forma de operação, perfil e a capacidade de internacionalização nos municípios será feita levando em conta os diversos fatores estabelecidos na literatura de Soldatos (1996) para caracterizar uma cidade internacional. Nesse sentido, torna-se provável a identificação das treze cidades da Região do Maciço de Baturité quanto aos tipos de internacionalização definidas pelo autor. Já sob a análise de Paquin (2004) é possível identificar, em uma análise mais completa, o contexto próprio das cidades, bem como à capacidade de internacionalização de cada uma delas. Nesse caso, o autor promove um dossiê específico de ações que são verificadas e que quando adotadas de forma estratégica (conforme o objetivo e a essência das ações planejadas e/ou já executadas), podem definir a direção da

internacionalização de cada cidade, seja sob um viés mais clássico, de integração regional ou mais identitária.

6.1. Quanto à abordagem do problema

De forma a trazer respostas para aos problemas da pesquisa, principalmente para uma maior veracidade e ratificação das informações no processo construtivo, leva-se em conta a utilização de uma abordagem qualitativa. Essa última, fundamental para observar, selecionar interpretar e registrar as informações no processo de coleta e análise dos dados.

6.2. Quanto aos objetivos e intenções

Com base nos seus objetivos, este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva, na qual buscará aprofundar o tema da Paradiplomacia dos entes subnacionais, por meio de um estudo na Região do Maciço de Baturité. A pesquisa descritiva é um método científico que decorre “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Isto é, este tipo de pesquisa se baseia na observação, registro, análise e ordenação de dados, sem que haja interferência ou manipulação por parte do pesquisador.

Nesse sentido, essa abordagem tem como pressupostos para que o pesquisador busque “descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Ou seja, seu objetivo é coletar dados de forma sistemática e analisá-los de maneira cuidadosa e imparcial, a fim de obter informações sobre as diferentes dimensões do fenômeno em estudo. Assim sendo, buscase, com este trabalho analisar o papel da internacionalização no desenvolvimento da região do Maciço de Baturité, de acordo com conceito da Paradiplomacia. Além disso, pode ser apontada como uma estratégia interessante para verificar a atuação da Região quanto as iniciativas de ações e projetos no âmbito das Relações Internacionais.

6.3. Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados

Para a primeira parte do desenvolvimento e a materialização deste trabalho, compreende-se que o melhor instrumento metodológico se dará por pesquisa bibliográfica que, para além da revisão da literatura sobre os principais conceitos sobre a Paradiplomacia, proporcionará o aprofundamento do conhecimento sobre tal fenômeno. A pesquisa bibliográfica pode ser definida como a técnica que “a partir de material já publicado, [...] com

o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Além disso, Gil (2008, p. 50) destaca que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Por isso, a pesquisa bibliográfica consiste na utilização de fontes secundárias, ou seja, as contribuições de autores que abordaram e contribuíram com trabalhos a partir do tema “Paradiplomacia”. Dessa forma, foram utilizadas fontes secundárias como dissertações de mestrado, livros, artigos publicados em periódicos e em revistas científicas, com autoria de pessoas da área da Ciência Política, mas especificamente, das Relações Internacionais.

Outrossim, também se faz necessário a utilização de fontes primárias com base na técnica de levantamento (survey), para identificação das potencialidades da Região do Maciço de Baturité. A aplicação dessa técnica é interessante, pois “envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 57). Segundo Gil (2008, p. 55), “os levantamentos por amostragem desfrutam hoje de grande popularidade entre os pesquisadores sociais, a ponto de muitas pessoas chegarem mesmo a considerar pesquisa e levantamento social a mesma coisa.”

Ao aplicar este tipo de levantamento para identificar as potencialidades de internacionalização da Região do Maciço de Baturité, é possível obter informações pertinentes sobre as características das cidades, as áreas em que há maior potencial de desenvolvimento, as principais demandas da sociedade local, as barreiras existentes, os recursos financeiros e humanos disponíveis, entre outros aspectos importantes.

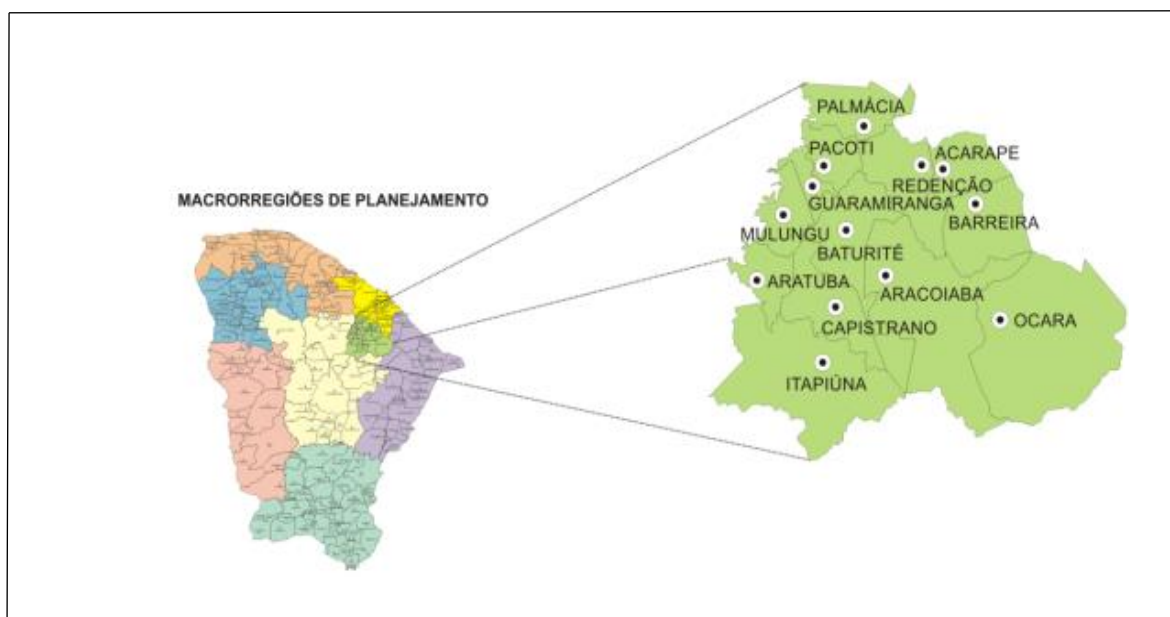
Com base nisso, há possibilidades de identificar oportunidades para fortalecer a atuação internacional da região, por meio do estabelecimento de parcerias e cooperações, da participação em eventos internacionais, da atração de investimentos estrangeiros, entre outras iniciativas. A técnica de levantamento também pode contribuir para a elaboração de um plano estratégico de internacionalização, que leve em conta as potencialidades e limitações da região, e que seja capaz de estimular o seu desenvolvimento econômico e social.

7. AMBIENTE PARADIPLOMÁTICO DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A EFETIVA PRÁTICA PARADIPLOMÁTICA.

7.1. Perfil da região

O Maciço de Baturité está localizado no sertão central cearense e é composto pelos municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1: Perfil da Macrorregião do Maciço de Baturité



Fonte: SEPLAG/CE (2008)

Atualmente a região é reconhecida pela forte atividade turística e pelo laço histórico com a cultura cafeeira², muito pelos seus espaços naturais e riquezas culturais singulares que permitem um fluxo intenso de pessoas a essas cidades. Além disso, é importante considerar que os aspectos citados anteriormente também podem ser vistos como uma válvula de escape para criar possibilidades de produção e ampliação de emprego e renda, o que propõe tornar a região um polo de desenvolvimento local a partir do uso do turismo.

Um ponto importante a ser destacado nesta etapa da pesquisa é a criação da Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB), no qual os municípios da região começaram a se articular com a missão de promover o desenvolvimento humano, social e econômico, trazendo melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. Fundada nos anos 1997, a AMAB

² No início do século XIX, a região do Maciço de Baturité teve como principal atividade econômica a produção do café, o que tornou a região um grande produtor nacional, chegando a se responsável por 2% da produção do produto no Brasil (PORTO, 2008).

promove a ideia de fortalecer a representatividade dos municípios associados, buscando sempre as melhores soluções para os principais desafios e as maiores necessidades da região.

Dos principais objetivos da associação, destaca-se: a promoção do desenvolvimento econômico e social das cidades, a solução dos problemas que dificultam o bem-estar da população, a defesa dos municípios associados, zelando pela moralidade da Administração Pública, o planejamento de ações capazes de recuperar e preservar a ecologia da região; a identificar oportunidades de fomento para realizar negociações conjuntas com outras instituições para a realização de projetos para região.

7.2. Recorte da região: Guarimiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção

Optou-se pelo recorte na análise dos municípios – Guarimiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção - devido as dificuldades encontradas durante o processo de levantamento de dados a partir do questionário (google forms). Nesse sentido, as cidades que participaram e contribuíram com essa pesquisa correspondem somente a 38,46% em relação aos treze municípios da Região do Maciço de Baturité, um número bem abaixo do se esperava obter para uma análise mais completa sobre características e potencialidades da região em relação a Paradiplomácia. No entanto, é importante destacar que o recorte das outras oito cidades nesta análise, não significa que não houve considerações essenciais para o desenvolvimento de práticas de internacionalização municipal, mas que foram desconsiderados somente pela limitação de respostas obtidas.

Ao analisar os diversos fatores estabelecidos na literatura de Soldatos (1996) para caracterizar uma cidade internacional e as repostas obtidas dos municípios em questão, é possível perceber que a região do Maciço de Baturité está inserida em um ambiente minimamente favorável à inserção internacional dos municípios. No entanto, é importante destacar que esse cenário de internacionalização dos municípios pesquisados está condicionado a uma atuação passiva e/ou ativa, conforme caracterizado no Quadro 4.

Quadro 4 – Cenário de internacionalização dos cinco municípios da região do Maciço de Baturité

CARACTERÍSTICAS SEGUNDO SOLDATOS (1996)	INTERNACIONALIZAÇÃO DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ				
	Guaramiranga	Mulungu	Pacoti	Palmácia	Redenção
Recebe fatores de produção do estrangeiro, bem como fluxos de comércio internacional	—	—	—	—	—
Hospeda instituições estrangeiras/internacionais	—	—	—	—	Unilab
Acolhe regularmente encontros e atividades diversas internacionais	Festival Jazz e Blues	—	—	—	—
Oferece serviços de suporte às atividades socioeconômicas internacionais-chave	—	—	—	—	—
Sedia organismos “internacionais-chave” e grandes firmas estrangeiras	—	—	—	—	—
Recebe elites dirigentes de todo o mundo	—	—	—	—	—
Participa de grandes redes internacionais de alta-tecnologia e de serviços de ponta	—	—	—	—	—
Planeja e traça a estratégia de sua trajetória internacional	Turismo local; A Rota do Café; Festivais de teatro e música (Jazz e Blues).	Turismo local; A Rota do Café.	Turismo local; A Rota do Café; Festival de História em Quadrinhos.	Turismo local; Artesanatos de madeira pitia.	Redenção como patrimônio histórico-cultural; Turismo local.
Exporta fatores de produção	—	—	—	—	—
Apresenta presença no estrangeiro de suas instituições econômicas, sociais, científicas e culturais	—	—	—	—	—
Participa de redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades, celebrando acordos internacionais	—	—	—	—	—
Possui uma população de diversificada composição étnica	—	—	—	—	A Unilab proporciona que a cidade tenha uma população diversificada

Fonte: Elaborado pelo autor conforme a visão de Soldatos (1996)

Considerando a primeira e a nona (aspectos próximos para análise) condição de uma cidade internacional formulada por Soldatos (1996), ambos os municípios não apresentaram informações suficientes para definirmos aspectos de importação e exportação de fatores de produção (terra, trabalho e capital). Porém, acredita-se que há um potencial para que os municípios consigam se alinhar a essas duas características, devido aos seus territórios serem propícios para a busca por inserção em mercados internacionais, sobretudo, a atração de investimentos estrangeiros em setores como a agricultura e o turismo.

Ressalta-se que as instituições de ensino superior e profissionalizantes ³ inseridas no Maciço de Baturité, formam, capacitam e disponibilizam pessoas capazes de exercer um papel importante no processo de internacionalização. Tratando essas primeiras características à presença de instituições internacionais na região, somente a cidade de Redenção relaciona-se com a segunda condição para a inserção internacional. Isso, possivelmente está associado pelo município ter em seu território uma Universidade Pública (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB), reconhecida internacionalmente, que recebe professores e alunos de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Seguindo os critérios para definir o tipo de internacionalização municipal, Redenção apresenta tanto um comportamento ativo quanto passivo, isto é, uma atuação dinâmica de cidade-ator e cidade-espaço.

Do que trata o acolhimento regular de encontros e atividades internacionais, verifica-se que somente Guaramiranga está associada a esta condição. Isso se explica porque o município é um grande polo turístico e é reconhecida também por acolher o tradicional *Festival Jazz e Blues*, que por sua vez, reúne grandes nomes da música nacional e internacional. O festival, para além da promoção cultural e artística, é capaz de impulsionar efetivamente a economia local, importante benefício para toda a região. Para este terceiro critério, Guaramiranga apresenta uma condição para ser uma cidade internacional, já que se comporta de forma ativa e passiva.

Ao se falar das estratégias para iniciar uma trajetória internacional, todos os municípios pesquisados confirmaram que formulam, constantemente, ideias que são capazes de colocá-los em uma situação propícia para a internacionalização, seja pela atração do turismo local

³ Na Região do Maciço de Baturité temos como referência duas instituições de ensino importantes para a formação de pessoas. São elas: I) A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada em Redenção; II) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE (IFCE), localizado em Baturité e Guaramiranga.

(fortemente incluído como estratégia de para atrair investimentos estrangeiros) ou pela promoção da cultura presente em todas as cinco cidades. Sobretudo, a cultura tem se mostrado um ponto chave para se pensar em estratégias capazes de reafirmar o compromisso e a vontade das cinco cidades em se internacionalizarem. Por exemplo, os municípios de Guaramiranga, Mulungu e Pacoti construíram ao longo dos anos uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), afim aperfeiçoarem práticas de desenvolvimento territorial sustentável a partir da ligação de aspectos turísticos, do agronegócio e a economia criativa da região. Essa parceria deu início a um projeto intitulado “A Rota do Café”, no qual foi um ponto chave para abrir os caminhos de desenvolvimento da região a partir do cultivo do café sombreado, colhido tradicionalmente e artesanalmente pelo pequeno produtor inserido dentro de um ambiente sustentável que, ao mesmo tempo, busca a preservação ambiental, emprego e renda.

Levando em conta o baixo número de informações colhidas sobre os outros aspectos que fazem uma cidade internacional, considera-se importante identificar os motivos para que houvessem tantas limitações nas respostas dos municípios pesquisados.

Quadro 5: Características dos respondentes

	MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ				
	Guaramiranga	Mulungu	Pacoti	Palmácia	Redenção
OCUPAÇÃO	Servidor público	Servidor público	Secretário	Servidor público	Secretário
ÁREA DE ATUAÇÃO	Turismo	Meio Ambiente	Chefia de gabinete	Educação	Educação
CONHECIMENTO SOBRE A PARADIPLOMÁCIA	Sim	Sim	Não	Não	Não

Fonte: elaborado pelo autor.

De acordo com as informações do Quadro 5, percebe-se que um dos primeiros motivos pelo baixo índice de respostas do questionário se dá pela falta de conhecimento por mais da metade dos municípios pesquisados. Embora tenha-se utilizado uma estratégia de troca da palavra “Paradiplomacia” por “Internacionalização dos Municípios”, somente os municípios de Guaramiranga e Mulungu afirmaram conhecer o termo. Um outro ponto a ser destacado é que nenhum questionário foi respondido pelo gestor público dos municípios, o que atrapalhou

consideravelmente as análises do trabalho, tendo em vista que um dos objetivos da pesquisa seria analisar a percepção dos gestores públicos quanto ao uso da Paradiplomacia como ferramenta de desenvolvimento regional.

O Quadro 6, destaca outras informações pertinentes que ajudam a pensar na estrutura do ambiente, bem como na vontade política dos gestores públicos para facilitar a inserção internacional dos municípios.

Quadro 6: Características de internacionalização municipal

	MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ				
	Guaramiranga	Mulungu	Pacoti	Palmácia	Redenção
POSSUI ALGUM SETOR ESPECIFICO DEDICADA À GESTÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?	Não	Não	Não	Não	Não
IMPORTÂNCIA DE UM SETOR ESPECIFICO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Muito importante	Muito importante	Importante	Muito importante	Importante
ATUAÇÃO INTERNACIONAL	Não costuma ter iniciativa, mas atua de acordo com as oportunidades que surgem	Não costuma ter iniciativa, mas atua de acordo com as oportunidades que surgem	Não costuma ter iniciativa, mas atua de acordo com as oportunidades que surgem	Não costuma ter iniciativa, mas atua de acordo com as oportunidades que surgem	Não costuma ter iniciativa, mas atua de acordo com as oportunidades que surgem
TEMAS DE MAIOR DEMANDA/INTERESSE DO MUNICÍPIOS	Educação, Saúde, Emprego e Renda, Meio Ambiente, Turismo	Educação, Saúde, Emprego e Renda, Desenvolvimento Social	Educação, Saúde, Emprego e Renda, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Turismo	Educação	Educação, Saúde, Emprego e Renda, Turismo
PARTICIPA DE REDES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	Não soube informar	Não soube informar	Não soube informar	Não soube informar	Não soube informar

	MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ				
	Guaramiranga	Mulungu	Pacoti	Palmácia	Redenção
MOTIVOS PARA SE LANÇAR INTERNACIONALMENTE	<p>Estimular comércio local;</p> <p>Atrair e captar investimentos;</p> <p>Visibilidade e reconhecimento Internacional;</p> <p>Promover o turismo</p>	<p>Estimular comércio local;</p> <p>Atrair e captar investimentos;</p> <p>Promover o turismo.</p>	<p>Atrair e captar investimentos;</p> <p>Incentivar uma projeção política do gestor público.</p>	<p>Estimular comércio local;</p> <p>Atrair e captar investimentos;</p> <p>Incentivar uma projeção política do gestor público;</p> <p>Promover o turismo.</p>	<p>Estimular comércio local;</p> <p>Atrair e captar investimentos;</p> <p>Promover o turismo</p>
PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A ATUAÇÃO INTERNACIONAL	<p>Falta de planejamento;</p> <p>Política e estratégia definida;</p> <p>Falta de infraestrutura;</p> <p>Equipe própria e pessoal capacitado;</p> <p>Falta de interesse e vontade política por parte dos gestores</p>	<p>Falta de infraestrutura;</p> <p>equipe própria e pessoal capacitado</p>	<p>Falta de planejamento;</p> <p>Política e estratégia definida;</p> <p>Orçamento/recursos financeiros limitado;</p> <p>Descontinuidade das ações estratégicas devido a mudança de gestão</p>	<p>Descontinuidade das ações estratégicas devido a mudança de gestão</p>	<p>Falta de infraestrutura;</p> <p>Equipe própria e pessoal capacitado;</p> <p>Orçamento/recursos financeiros limitados.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

O primeiro aspecto é que nenhuma das cidades pesquisadas possuem um setor específico para lidar com questões internacionais, o que não é novidade se tratando de municípios pequenas localizadas no interior dos estados brasileiros. Como é de se esperar, a grande maioria das chamadas SMRI se encontram em grandes cidades, no qual também possuem um maior número de receitas e investimentos em comparação com cidades pequenas (ROSSO, 2015). É importante destacar isso, pois em locais com pouco investimento, geralmente precisam determinar bem onde os recursos serão executados, deixando de lado as

possibilidades de criarem uma pasta destinada às Relações Internacionais. No entanto, todos os respondentes consideram ser, no mínimo importante, haver setores destinados às práticas de Relações Internacionais, o que pode abrir espaço para diálogos sobre as possibilidades de implantação das SMRI nas estruturas dos municípios.

Os correspondentes também alegaram que os municípios não costumam ter iniciativa para atuarem internacionalmente, mas aproveitem as oportunidades que surgem. Ao que tudo indica, essas cidades tendem a estarem abertas para negociações internacionais ou a participarem de redes de cooperação internacional, principalmente pelos temas de maior demanda e interesse que foram identificados, sendo os mais comuns entre elas: a educação, saúde, emprego, renda e meio ambiente. Dito isso, a análise sobre as dificuldades encontradas pelos municípios para atuarem no âmbito internacional são relevantes ao ponto de entendermos as fragilidades de cada cidade, sobretudo, as barreiras que foram encontradas e de certa forma impediram o desenvolvimento de planos de internacionalização.

No que se refere às três vertentes da Paradiplomacia defendidas por Paquin (2004), a partir da análise das cidades quanto aos seus possíveis motivos para se internacionalizarem, identifica-se que a Paradiplomacia Clássica e a Integração Regional, em um contexto próprio das cidades, são as vertentes mais significativas que podem ser destacadas. Isso sugere que a capacidade de internacionalização de cada uma delas, em meio às suas preferências e ações estratégicas podem definir um caminho para a internacionalização dessas cidades, em destaque os pontos de estímulo ao comércio local, a atração e captação e investimentos e a promoção do turismo local.

8. REDES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA PROPOSIÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ.

A Paradiplomacia pode gerar ganhos em diversos aspectos da vida econômica, cultural e social dos municípios e as redes de cooperação podem facilitar esses ganhos a partir da aproximação e confiabilidade entre os entes nacionais e internacionais (RIEGER; BRUM, 2019). Destaca-se que esse processo de transformação e empoderamento de atores internacionais e os governos subnacionais não pode ser entendida como uma afronta aos governos centrais.

De certo modo, é importante compreender que atividades em redes de cooperação não sugerem mecanismo de atuação desconectadas, entendendo a necessidade de dois ou mais atores se ajudarem e estabelecerem parcerias para se atingir objetivos comuns dentro de um sistema favorável ao desenvolvimento local (CARDOSO; GRAVE; RIBEIRO, 2019). Nesse

mesmo sentido, as práticas de internacionalização a partir do uso das redes de cooperação podem servir como horizonte para novas experiências e comunitárias entre os atores nacionais e internacionais, remetendo ao exercício da solidariedade junto aos governos locais, tendo como iniciativa os programas e projetos que possuem caráter associativo (CARDOSO; GRAVE; RIBEIRO, 2019).

Para a comunicação entre diferentes atores subnacionais, a identificação das prioridades de cada local é um passo importante para formular estratégias, bem como os objetivos específicos das políticas públicas a serem desenvolvidas. Isso indica que o ente subnacional, ao se lançar internacionalmente por meio das redes de cooperação, pode utilizar de inúmeros critérios, no quais podem ser, por exemplo, históricos, cultural, turístico, dentre outros (CNM, 2016).

O grande desafio é que essas prioridades internacionais sejam identificadas e ajustadas de forma coerente com as demandas locais. Por isso, se torna possível que esses atores estabeleçam laços com entidades nos quais possuem os mesmos problemas, sobretudo, culturais econômicos, educacionais, de planejamento urbano, ambientais e de políticas sociais (CNM, 2016). Pensando nisso, se torna interessante exemplificar e discutir sobre algumas redes de cooperação internacional existentes, ao mesmo tempo em que se tornam proposições para que os municípios da região do Maciço de Baturité assumam uma posição internacional importante dentro do estado, assim como no país.

8.1. A Rede Mercocidades

As relações horizontais destacadas pela Rede Mercocidades são essenciais para que os Municípios iniciem um processo de internacionalização. Essa rede surgiu a partir do seminário “Mercosul: oportunidades e desafios para as cidades” em 1995 na cidade de Assunção. O principal objetivo do encontro foi proporcionar um espaço de discussão para que os prefeitos de cidades dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), debatessem sobre as principais dificuldades dos municípios inseridos no bloco, assim como as possíveis vantagens por ele oferecidos (SILVA, 2020). Essa rede ainda oferece a oportunidade de autonomia dos governos locais, bem como o uso de práticas paradiplomáticas partindo de uma estratégia de articulação entre os países da América do Sul. Isto é, as pautas dessa rede estão voltadas à integração regional e a participação em muitas áreas de interesse de atores locais e internacionais (CINTRA, 2022).

Atualmente, a Rede Mercocidades possui 375 cidades membro de 10 países da América do Sul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Peru e

Colômbia) empenhadas para atingir os objetivos propostos como, por exemplo, melhorar a qualidade de vida nas cidades que fazem parte da Rede, legitimar a representação institucional de Mercocidades, ter efeitos nas agendas a nível nacional, regional e mundial, bem como criar e desenvolver políticas conjuntamente com outras cidades para estimular a troca de experiências. Para se atingir esses objetivos, a Rede planeja e desenvolve ações com várias entidades e organismos internacionais, sobretudo, de caráter governamental, social, acadêmico e empresarial, nos quais possuem conhecimentos específicos em diversos eixos temáticos⁴ que se relacionam às necessidades das cidades.

No Brasil, especificamente na Região Nordeste do País, apenas sete cidades estão inseridas na Rede Mercocidades. São elas: Camaçari - BA, Salvador - BA, Vitória da Conquista - BA, Feira de Santana - BA, Fortaleza - CE, Jaboatão dos Guararapes - PE, Recife - PE e Mossoró - RN.

Portanto, os governos locais que se interessarem em participar das Redes Mercocidades, estarão tendo a oportunidade de planejar e desenvolver ações em conjunto com outras entidades internacionais, propondo políticas públicas e projetos capazes de potencializar o desenvolvimento regional, além de transformá-las em cidades integradas, inclusivas e participativas.

8.2. Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)

A Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) é um outro exemplo que possibilita aos municípios uma inserção no ambiente internacional. Fundada em 1995 e formada por em torno de 500 cidades todo mundo (quantidade relativa ao início de 2023), a AICE é uma organização sem fins lucrativos que leva a educação como a sua principal proposta, entendendo que é a partir dela que há oportunidades de transformação social por meio do intercâmbio de ideias, reflexões e boas práticas. É nesse sentido que os governos locais desenvolvem propostas que favoreçam a formação e capacitação dos seus habitantes através das políticas de proximidade, estrategicamente formuladas em conjunto com entidades e organizações educativas, culturais, sociais e econômicas (GUIA METODOLÓGICO, 2020)⁵.

⁴ Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Autonomia, Gestão e Participação; Ciência, Tecnologia e Capacitação; Comunicação; Cooperação Internacional; Cultura; Cultura do Esporte, a Atividade Física e a Recreação; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Direitos Humanos e Migrações; Deficientes Físicos e Inclusão; Desenvolvimento Urbano; Educação; Economia Social e Solidária; Fomento de Negócios; Gênero e Município; Integração Fronteiriça; Juventudes; Planificação Estratégica e Áreas Metropolitanas; Segurança Cidadã; Turismo (MERCOCIDADES, 2020).

⁵ Guia Metodológico. Da leitura da carta à consolidação de uma cidade educadora. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/guia-metodologica/>

Nesse sentido, pode-se definir uma Cidade Educadora os territórios que apostam na educação como principal ferramenta de desenvolvimento e transformação social, mobilizando os mais diversos agentes educativos nos locais. Nesse sentido, a Cidade Educadora se trata de um projeto de cidade capaz de dialogar e manter relações de colaboração entre o governo local e a população, bem como outras cidades do mundo.

No Brasil, há um número de 31 cidades associadas, incluídas na Rede Brasileira de Cidades Educadoras (REBRACE), zona territorial da AICE nos quais os municípios brasileiros trabalham conjuntamente em temas de interesse comum. É importante destacar a participação de 3 cidades da região nordestina que obtiveram uma identidade enquanto espaço educador. São elas: Vitória de Santo Antão - PE, Monte Horebe - PA e Horizonte - CE.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, a Paradiplomacia corresponde à atuação internacional dos governos não centrais que mantêm relações com entidades e organizações estrangeiras, visando a promoção de melhores serviços e o bem-estar da população, além da busca de visibilidade e reconhecimento internacional. Mas é importante destacar que a partir dos estudos realizados sobre o tema, descobriu-se diversas interpretações e definições para explicar a atuação internacional dos entes subnacionais, o que demonstra a pluralidade do fenômeno e os desafios para estabelecer um significado amplamente aceito pela academia.

Para além dos aspectos teóricos, este trabalho também buscou compreender como os municípios da região do Maciço de Baturité percebem a Paradiplomacia como uma ferramenta para o desenvolvimento local. Dito isso, considerando o Google Forms como técnica utilizada para se obter os dados primários desta pesquisa, identificou-se que somente cinco das treze cidades responderam ao questionário, o que dificultou a completa análise sobre características e potencialidades da região em relação a Paradiplomacia.

Para o atendimento do objetivo geral quanto aos objetivos específicos deste trabalho, o diagnóstico das cidades aqui contextualizadas foram apoiadas pelos aspectos teóricos evidenciados por Soldatos (1996) e Paquin (2004) para definir as características e as capacidades de internacionalização de cada município. Levando em conta o cenário das cinco cidades do Maciço de Baturité que responderam ao questionário, considera-se que existem características internacionalização ativas e passivas em cada uma delas, embora, os próprios municípios não reconheçam as suas atividades como práticas paradiplomáticas. Porém, acredita-se que a ausência de informações importantes repassadas pelos respondentes, impediram a construção de uma visão mais detalhada sobre o papel desses territórios quanto

aos aspectos de internacionalização, o que pode se justificar pela falta de conhecimento dos termos “Paradiplomacia” e “Internacionalização dos Municípios”.

Pelo baixo índice de internacionalização dos municípios do Maciço de Baturité, considera-se algumas proposições para que auxiliem estes entes a iniciarem contatos com entidades e organizações internacionais. Isso, entendendo que a Paradiplomacia pode gerar ganhos em diversos aspectos da vida econômica, cultural e social dos municípios e as redes de cooperação podem facilitar esse caminho, sobretudo, se tornando uma ferramenta importante para o desenvolvimento regional a partir de arranjos cooperativos. Nesse sentido, a Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB), levando em conta os seus principais objetivos, pode surgir como uma “válvula de escape” para articular junto aos municípios a busca por parcerias e oportunidades de desenvolvimento regional a partir de relações com atores internacionais.

Levando em conta as características e dificuldades do presente trabalho, bem como os benefícios e os desafios que os municípios podem enfrentar em uma situação de inserção internacional, sugere-se que haja pesquisas futuras, no sentido de visualizar precisamente as informações das cidades do Maciço de Baturité. Isso será importante para enriquecer ainda mais as propostas de atuação paradiplomática, enquanto ferramenta para o desenvolvimento regional. Contudo, embora exista formas efetivas de internacionalização dos entes subnacionais, este trabalho prevê que a prática do fenômeno não dependerá apenas de cooperação e incentivos externos. Isto é, há também a necessidade de participação das lideranças e órgãos políticos da Administração Pública para o desenvolvimento da prática paradiplomática.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Fernando. **Expansão das atividades governamentais locais: a Paradiplomacia de Porto Alegre**. 2021. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3234>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- APRIGIO, André Edson Ribeiro de Souza. **A Paradiplomacia e a atuação internacional de governos sub nacionais**. 2015. 150 f. Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) - Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública, Universidade do Minho, Braga, 2015. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35618>. Acesso em: 03 set. 2022.
- BALBIM, Renato & CONTEL, Fabio Betioli. Região e Regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: BOUERI, Rogério & COSTA, Marcos Aurélio (ed.). **Brasil em Desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Vol. I. Brasília: Ipea, 2013. p. 25-48. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2519>. Acesso em: 05 set. 2022.
- BATISTA, Leandra Myrela Pereira. **A Paradiplomacia estadual da Paraíba: características do ambiente paradiplomático periférico em construção**. 2019. 149 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16823>. Acesso em: 17 out. 2022.
- BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. **A Paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais**. Revista Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização, Brasília, v. 4, n. 1, jan.-jul. 2007. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/view/216/214>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- CINTRA, Leonardo Abrantes da Rocha. **Paradiplomacia: uma proposição para a internacionalização do Município de Franca/SP**. 2022. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário Ritter dos Reis, [S.I.], 2022 Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/31307>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- CHARNEIRA, Luís Fernando Marques. **A internacionalização de municípios como factor de desenvolvimento económico e social**. 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Évora. Évora, 2012. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/15597>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- CNM, Confederação Nacional dos Municípios. **Atuação Internacional Municipal: Cooperação e Implementação de Políticas Públicas**. Brasília: CNM, 2016. p. 13- 49. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2404>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- DUCHACEK, Ivo. D., **The international dimension of subnational self-government**. The Journal of Federalism, vol 14, n. 4, 1984. p. 5-35.
- DUCHACEK. Ivo D., Multicommunal and bicomunal polities and their international relations. In: DUCHACEK. Ivo D et al. (eds.). **Perforated sovereignties and international relations: transsovereign contacts of subnational governments**. Connecticut: Greenwood Press, 1988. p. 3-28.

DUCHACEK, Ivo D. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Nova York: Oxford University Press, 1990. p. 1-33

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas Relações Internacionais e no Brasil. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo n. 83, p. 43-68, fev. 2018. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/429>. Acesso em: 10 set. 2022.

KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In VIGEYANI, Tullo (org.) et. al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC/UNESP/EDUSC/FAPESP, 2004. p. 49-75.

KUZNETSOV Alexander. **Theory and Practise of Paradiplomacy: Subnational Governments in International Affairs**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2015.

LESSA, José Vicente da Silva., **Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais**. Viçosa: Ed. UFV, 2007.

PORTO, Luana Cavalcanti. **Cortes e Recortes do Turismo no Maciço de Baturité–CE: Reflexões a Partir da avaliação do Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)**. 2008. 221f. 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2510/3/2008_Dis_LCPorto.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa., **As determinantes locais da Paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros**. 2011. 276f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10147>. Acesso em: 01 fev. 2023.

MENDES, Constantino Cronemberger. Arranjos Federativos e Desigualdades Regionais no Brasil. In: BOUERI, Rogério & COSTA, Marcos Aurélio (ed.). **Brasil em Desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Vol. I. Brasília: Ipea, 2013. p. 199 – 221. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2519>. Acesso em: 05 set. 2022.

MICHELMANN, Hans. Conclusion. In: MICHELMANN, H. J. y SOLDATOS, P., **Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units**, Oxford: Clarendon Press, 1990.

MILANI, Carlos RS; RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. International relations and the paradiplomacy of Brazilian cities: crafting the concept of local international management. **BAR-Brazilian Administration Review**. Curitiba, PR, v. 8, p. 21-36, jan.-mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bar/a/yMp7y7cBcsgqpcPVW66vWZR/?lang=en&format=html#>. Acesso em: 08 jan. 2023.

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomatie et relations internationales: théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation**. Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes, 2004.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça. A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro. In. **Rev. Carta**

Internacional. Belo Horizonte, MG, vol. 13, n.º 3, set.-dez. 2018. p. 137-168. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/846>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês & MARIANO, Marcelo Passini (Orgs.). **A Dimensão subnacional e as Relações Internacionais**. São Paulo: EDUC/UNESP/EDUSC/FAPESP, 2004. p. 251-282.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a Paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: EDUFBA, 2009.

RIEGER, Fernando Camara; BRUM, Argemiro Luis. Paradiplomacia e Desenvolvimento Regional: Uma Proposta de Cooperação entre Governos Locais. **Rde-Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 3, n. 44, p. 148-171, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/6224>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ROSSO, Priscila Freires. O Surgimento e a consolidação das Secretárias Municipais de Relações Internacionais (SMRIS): A Paradiplomacia no contexto brasileiro. **Revista de Iniciação Científica da FFC**-(Cessada), Marília, v. 15, n. 2, p. 31-42, jul.-dez 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/9458>. Acesso em: 29 fev. 2023.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 99-147, jan.-jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/hZvcYwZZdMWJ34dKbXvwdZw/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SILVA, Pedro Lucas Gil. **A Mercocidade de Foz do Iguaçu: Urbanização, Novo Regionalismo e os Fluxos Transfronteiriços da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai**. 2020. 255 f. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, 2020. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5990>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990. p. 34-53.

ZERAOUI, Zidane. Para entender la Paradiplomacia, **Desafios**, Bogotá, vol 28, nº 1, p. 15-34, jan. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-40352016000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 25 ago. 2022.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO

1. A qual Governo Municipal você está vinculado?
 - a) Acarape
 - b) Aratuba
 - c) Barreira
 - d) Baturité
 - e) Capistrano
 - f) Guaramiranga
 - g) Itapiúna
 - h) Mulungu
 - i) Ocara
 - j) Pacoti
 - k) Palmácia
 - l) Redenção

2. Qual a sua ocupação principal exercida no Governo Municipal?
 - a) Prefeito
 - b) Vice-Prefeito
 - c) Secretário
 - d) Servidor Público
 - e) Outros

3. Em qual área da prefeitura você trabalha?
 - a) Saúde
 - b) Educação
 - c) Desenvolvimento Econômico
 - d) Meio Ambiente
 - e) Inclusão Social
 - f) Turismo
 - g) Cultura e Desporto
 - h) Infraestrutura
 - i) Tecnologia
 - j) Outro (especifique)

4. Qual o seu grau de formação?
 - a) Nenhum
 - b) Ensino fundamental incompleto
 - c) Ensino fundamental completo
 - d) Ensino médio incompleto
 - e) Ensino médio completo
 - f) Ensino técnico completo
 - g) Ensino superior incompleto

- h) Ensino superior completo
 - i) Pós-graduação
5. Quantos anos de serviço público no atual município?
- a) Menos de 2 anos
 - b) De 3 a 5 anos
 - c) De 5 a 10 anos
 - d) De 10 a 15 anos
 - e) De 15 a 20 anos
 - f) Mais de 20 anos
6. Você já ouviu falar no termo “Paradiplomacia” ou “Internacionalização de municípios”?
- a) Sim
 - b) Não
7. Com que frequência você demonstra interesse por assuntos internacionais?
- a) Sempre
 - b) Frequentemente
 - c) Algumas vezes
 - d) Raramente
 - e) Nunca
8. Você já participou de algum treinamento ou capacitação relacionado a negociações internacionais? Se a resposta for sim, especifique.
9. Você acha importante que um município tenha um setor específico de Relações Internacionais?
- a) Muito importante
 - b) Importante
 - c) Razoavelmente importante
 - d) Pouco importante
 - e) Sem importância
10. Quais os temas de maior demanda/interesse do Município?
- a) Educação
 - b) Saúde
 - c) Emprego e Renda
 - d) Desenvolvimento Social
 - e) Mobilidade Urbana
 - f) Meio Ambiente
 - g) Turismo

11. O Município possui algum setor específico dedicada à gestão de Relações Internacionais? Se a resposta for sim, indique o nome do setor responsável.
12. Como o Governo Municipal atua internacionalmente?
 - a) Atuação ativa, buscando sempre parcerias e/ou acordos com entidades internacionais a partir de uma estratégia definida
 - b) Atuação ativa, buscando sempre parcerias e/ou acordos com entidades internacionais, mas sem uma estratégia definida
 - c) Não costuma ter iniciativa, mas atua de acordo com as oportunidades que surgem
 - d) Não sei informar
13. O município recebe fatores de produção (humano, físico e/ou financeiro) do exterior, bem como fluxos de comércio internacional? Se a resposta for sim, especifique.
14. O município hospeda instituições estrangeiras/internacionais? Se sim, indique quais são as instituições.
15. Acolhe encontros e atividades diversas internacionais?
16. O município fornece recursos e mecanismos necessários para fortalecer a sua presença e o seu envolvimento no âmbito internacional? Se a resposta for sim, especifique.
17. A cidade participa de redes de cooperação internacional? Se a resposta for sim, especifique.
18. Na sua opinião, quais os motivos para o Governo Municipal se lançar internacionalmente?
 - a) Estimular comércio local
 - b) Atrair e captar investimentos
 - c) Visibilidade e reconhecimento Internacional
 - d) Incentivar uma projeção política do gestor público
 - e) Promover o turismo
 - f) Prestígio e Imagem
 - g) Outro (especifique)
19. Com que frequência o município participa de negociações/encontros com entidades de outros países?

- a) Sempre
- b) Frequentemente
- c) Algumas vezes
- d) Raramente
- e) Nunca
- d) Não sei informar

20. O município é ou já foi sede um evento internacional? Se a resposta for sim, especifique.
21. A cidade possui acordos de Cooperação Internacional com Cidades e/ou Regiões de outros países? Se a resposta for sim, especifique.
22. Sedia organismos “internacionais-chave” e grandes firmas estrangeiras?
23. A cidade participa de eventos internacionais? Se a resposta for sim, especifique.
24. A cidade já promoveu eventos culturais com participação de artistas ou grupos internacionais? Se a resposta for sim, especifique.
25. A cidade exporta/exportou algum produto ou serviço para o exterior? Se a resposta for sim, especifique.
26. A cidade possui alguma estratégia para atrair investimentos estrangeiros? Se a resposta for sim, especifique.
27. A cidade possui alguma estratégia para promover a cultura local no exterior? Se a resposta for sim, especifique.
28. A cidade possui alguma estratégia para promover o turismo local no exterior? Se a resposta for sim, especifique.
29. A cidade busca/buscou financiamento internacional para a realização de projetos locais? Se a resposta for sim, especifique.
30. O Governo Municipal investe em iniciativas para atrair eventos internacionais, visando posicionar a cidade com um atrativo destino global? Se a resposta for sim, especifique.

31. O Governo Municipal busca formar parcerias com organizações internacionais para incentivar o desenvolvimento da região? Especifique.
32. Na sua opinião, qual o grau de preparação dos profissionais do Governo Municipal para lidar com assuntos internacionais?
- a) Nada preparado
 - b) Pouco preparado
 - c) Moderadamente preparado
 - d) Muito preparado
 - e) Totalmente preparado
33. Quais as principais ferramentas de atuação internacional do Município?
34. Quais as principais dificuldades para a atuação internacional dos governos municipais?
- a) Falta planejamento, política e estratégia definida
 - b) Falta infraestrutura, equipe própria e pessoal capacitado
 - c) Falta interesse e vontade política por parte dos gestores
 - d) Falta de qualidade técnica, despreparo e falta de experiência
 - e) Orçamento/recursos financeiros limitado
 - f) Descontinuidade das ações estratégicas devido a mudança de gestão